



# Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, SEGUNDA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA  
ATA DA 106.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)  
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1979  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Senhores Deputados Túlio Zanchet e Jurandir Messias.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carmeiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do Doutor SALVADOR FRANCISCO BASILE, ocorrido na semana passada, nesta Capital.

O extinto era pessoa extremamente benquista e admirada no seio da sociedade curitibana, tendo exercido importantes e variados cargos públicos e sua vida, honrada e digna, deixa um grande exemplo aos seus dois filhos, Sandro e Humberto.

Requer-se, outrossim, que do presente, caso aprovado, se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa de sua viúva, Senhora Jandira Basile.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor BENEDITO CORDEIRO, um dos mais eméritos educadores do Paraná, eficiente e dedicado funcionário da Secretaria da Educação, de cujos quadros foi um dos mais competentes e dedicados dirigentes.

O falecimento do Professor Benedito Cordeiro, deixa uma

lacuna difícil de ser preenchida na área da educação paranaense, em cujo seio era extremamente admirado por seus colegas de Magistério e de função pública. Exerceu, ao longo de sua vida de Mestre, as mais nobilitantes tarefas na Secretaria da Educação, tais como a de Delegado de Ensino, Diretor Geral, Diretor do Departamento de Ensino de 2.º Grau, Assessor Especial de inúmeros Secretários, e um dos mais ilustres membros do egrégio Conselho Estadual de Educação.

Sua morte repentina consternou o Paraná, que tanto fica a lhe dever pelas escolas que criou, pelo aprimoramento do sistema educacional que propiciou com sua atuação tanto na área executiva como na área normativa, como membro do Conselho Estadual de Educação.

Solicito, assim sendo, que da decisão desta Casa se dê conhecimento à família enlutada, na pessoa de sua esposa extremada, seus filhos - que era sua alegria na vida - e ao egrégio Conselho Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Presidente da COPEL e ELETROBRÁS, solicitando celeridade na implantação dos projetos de eletrificação rural, existentes ou em estudos, no Município de Toledo, e comunidades vizinhas.

Requer, outrossim, o envio de expediente, contendo o teor do presente, aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Toledo.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Há diversas localidades no interior de Toledo, bem como de municípios vizinhos, que possuem há tempo projetos elaborados ou em fase final de estudos, de eletrificação rural, ainda não implantados. Para exemplificar, na Linha Santa Terezinha, Município de Toledo, o levantamento e estudos foram feitos em setembro de 1978, no entanto, até o presente não houve instalação da energia pretendida.

Assim, há inúmeros casos tratados com sentida morosidade. Além do mais, não se pode alegar falta de recursos, pois o Superintendente do Banco do Brasil S/A, no Paraná, em depoimento nesta Assembléia Legislativa, afirmou existir recursos abundantes para tal objetivo.

Vale ressaltar que a energia elétrica, além de servir como conforto pessoal e familiar, possui uma importantíssima função social, pois no momento em que no extremo oeste do Estado proliferam aviários, para atender a industrialização crescente de aves, até por necessidade de poupar outros tipos de energias - mais onerosas -, há que se ampliar sobremaneira as instalações de energia hidro-elétricas, não só para as unidades avícolas como para movimentar o maquinário utilizado na produção de rações, etc.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício ao Sr. Secretário da Segurança Pública, Coronel Haroldo Dias, pedindo enérgicas

providências no sentido de apurar responsabilidades e de punir os policiais autores da violência praticada contra o pai de família, WILMAR DOS SANTOS LIMA, que se encontra recolhido no Hospital Cajuru, para onde foi levado após sofrer espancamentos. Requer, também, que uma cópia deste ofício, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

#### JUSTIFICATIVA:

Vivemos um final de ano como nunca tivemos até agora. A área, o setor de segurança pública vive um de seus períodos mais críticos de sua História, com a comunidade vivendo momentos de apreensão face o aumento do índice de criminalidade, e também pela violência praticada por maus policiais. É lamentável, também, que neste contexto, as nossas autoridades de Segurança Pública tivessem demorado tanto em mobilizar um esquema especial de policiamento para o fim de ano, que somente agora foi anunciado. Esperou-se, primeiramente, a escalada da marginalidade, para depois se tomar uma atitude. É profundamente lamentável que isso tenha ocorrido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Disse o Secretário Haroldo Dias, em entrevista concedida a um matutino de nossa Capital, mais especificamente o jornal "Correio de Notícias", que a "Polícia é o espelho da Sociedade". Permito-me discordar no todo das declarações do Sr. Secretário. A sociedade curitibana, a sociedade paranaense, não quer a violência. Pelo contrário, ela a repudia. A sociedade é, isto sim, o reflexo de uma situação que não foi criada por ela. Quantos exemplos nós temos de que uma pessoa qualquer espancou algum policial? Não nos lembramos. Agora, sobre violência policial, nós como cronistas especializados nessa área, estamos acostumados a noticiar.

Se há escalada na marginalidade, também o há na violência policial. E polícia não foi instituída para gerar, para praticar violência. Foi para preveni-la, para reprimi-la. Infelizmente, nossos policiais, agora, fazem prisões simplesmente por imaginarem que determinado cidadão é marginal, de que se pode concluir que, por intuição, por antecipação, qualquer cidadão que esteja transitando pelas ruas da cidade ou se divertindo em casas noturnas, seja marginal. Como foi o que aconteceu há dias passados na Discoteque Debs, no Boqueirão, quando foi invadida por uma equipe da Polícia Militar, comandada por um oficial, exatamente por um oficial, culminando com agressão a várias pessoas. Um Oficial da Marinha Mercante teve um fio de costela fraturado; uma mulher, em adiantado estado de gravidez, foi agredida. E o que é pior, estas pessoas afirmam terem sido roubadas pelos policiais. Uma das vítimas deste odioso espancamento, Wilmar dos Santos Lima, pai de dois filhos, motorista de táxi, está internado no Hospital Cajuru. Já perdeu cinquenta por cento da audição no ouvido direito, em consequência dos espancamentos ocorridos porque um oficial da Polícia Militar supôs que o mesmo era responsável por assaltos. A comunidade curitibana e paranaense exigem uma satisfação, um esclarecimento por parte das autoridades da Segurança Pública.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições e atendendo as formalidades regimentais, REQUER o envio de telex ao Ministério da Agricultura, ao Ministério do Planejamento, ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central, solicitando máxima urgência na cobertura do PROAGRO aos tricultores paranaenses que tiveram suas safras frustradas, como também ampliação do valor a ser ressarcido, para que cubra cem por cento do "quantum" financiado.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

A produção tritícola do Paraná representa mais de cinquenta por cento da produção nacional, pois somente neste ano colheu 1,6 milhões de toneladas, propiciando ao País uma economia de divisas de aproximadamente quatrocentos milhões de dólares.

E no momento em que o Governo Federal tem a intenção de amparar em cem por cento as culturas cobertas pelo PROAGRO, recentemente aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, é justo que os agricultores paranaenses, que tiveram suas safras frustradas, recebam ainda este ano essa vantagem.

Ocorre, que atualmente, o PROAGRO cobre apenas oitenta por cento do "quantum" financiado no Estado do Paraná, mas no Rio Grande do Sul os agricultores já estão recebendo a cobertura do PROAGRO, de acordo com a nova determinação do Conselho Monetário Nacional.

São inúmeros os casos de agricultores que tiveram frustradas as suas safras de trigo, inclusive a Associação Comercial e Industrial, do Município de Toledo, reivindicou neste sentido, bem como a OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, também o fez.

O presente requerimento, portanto, baseia-se em justas reclamações, uma vez que não pode haver, por parte do Governo Federal, diferenciação de tratamento entre o Estado do Paraná e o Estado do Rio Grande do Sul, principalmente quando somos o maior produtor de trigo do País.

Além do mais, pede-se máxima urgência no ressarcimento dos valores cobertos pelo PROAGRO, já que grande número de tricultores estão aguardando o recebimento dos valores advindos do Programa, cuja morosidade no pagamento gera dificuldades de toda ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério. (Ausente) Ao Deputado Gilberto Carvalho. (Ausente) Ao Deputado Adalberto Daros. Tendo declinado, ao Deputado Nestor Baptista. (Ausente). Deputado Fiori Luiz. (Ausente). Deputado Nilso Sguarezi. Tendo declinado, Deputado Romero Filho. (Ausente) Deputado Tadeu Lúcio Machado. (Ausente).

A Mesa consulta a liderança da ARENA, se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. JOÃO MANSUR — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Tendo declinado, consulto à Liderança do MDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 153/79, (Mens. Govern. n.º 154/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTA INÊS, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 154/79, (Mens. Govern. n.º 155/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ARAPONGAS, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 155/79, (Mens. Govern. n.º 158/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ITAPEJARA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 156/79, (Mens. Govern. n.º 160/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ATALAIA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 157/79, (Mens. Govern. n.º 161/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GUAIRAÇA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 158/79, (Mens. Govern. n.º 162/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 159/79, (Mens. Govern. n.º 163/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 160/79, (Mens. Govern. n.º 164/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de FLORAI, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 161/79, (Mens. Govern. n.º 165/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO CARLOS DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 163/79, (Mens. Govern. n.º 175/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, com a participação da COMEC, visando a realização de obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 164/79, (Mens. Govern. n.º 156/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de XAMBRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 165/79, (Mens. Govern. n.º 157/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de TERRA ROXA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 166/79, (Mens. Govern. n.º 159/79) que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 167/79,

(Mens. Govern. n.º 167/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 168/79, (Mens. Govern. n.º 168/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 169/79, (Mens. Govern. n.º 169/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de ASTORGA, objetivando execução de obras de combate à erosão na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 170/79, (Mens. Govern. n.º 171/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem Estar Social e o Município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária, na sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 171/79, (Mens. Govern. n.º 172/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio FNDU n.º 39/78, celebrado entre o Governo do Estado, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Municípios nominados, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a realização de obras públicas nos municípios a que se refere. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 172/79, (Mens. Govern. n.º 173/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Município de CURITIBA, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a execução de projetos, obras e serviços urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 173/79, (Mens. Govern. n.º 174/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CAMPO LARGO, que com a interveniência e participação de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 174/79, (Mens. Govern. n.º 178/79), que aprova Termo de Renovação ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 175/79, (Mens. Govern. n.º 179/79), que aprova Termo Aditivo número 1, ao Convênio número 24/78, celebrado entre o Governo do

Estado e a SUDESUL, que com a interveniência de Órgãos que especifica, objetiva proporcionar estudo Sub-Regional do Oeste do Paraná, na área de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 176/79, (Mens. Govern. n.º 177/79), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e os Municípios de Araucária, Colombo, Piraquara e Quatro Barras, para fins que especifica. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI N.º 207/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o imóvel constituído de um terreno rural com 110 ha. e 5.189,00 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Uvaranas, Município de Ponta Grossa, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrições n.º 24.144, 24.145 e 24.146 do Livro 3-J, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Ponta Grossa, de 29 de junho de 1.948, contendo as seguintes edificações: prédio residencial em alvenaria de dois pavimentos, com área total de 2.530m<sup>2</sup>, auditório em alvenaria, térreo, com área de 479,00 m<sup>2</sup>; oficinas em alvenaria, térreo, com área de 306,00 m<sup>2</sup>; administração, em alvenaria, térreo, com área de 227,00 m<sup>2</sup>; unidade escolar com 10 (dez) salas de aula, em alvenaria, térreo, com a área de 1.045,00 m<sup>2</sup>, bem como, todo os seus bens móveis, implementos, livros, instalações e pertences.

Art. 2.º — O Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas" passará a ser administrado e mantido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, não podendo as suas atividades sofrerem solução de continuidade.

Art. 3.º — Observado o disposto no artigo anterior, o imóvel objeto da doação de que trata esta lei, deverá ser utilizado na instalação da sede do campus da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 10 de dezembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 207/79

PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional da matéria, temos que de acordo com os dispositivos constitucionais, nada há que possa obstar a sua tramitação normal por esta Casa.

Examinando a justificativa apresentada pela Mensagem temos que a proposição virá atender às necessidades discentes e docentes, bem como técnico-administrativas daquela importante instituição de Ensino Superior de nosso Estado, o qual seja a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme a exposição de motivos que acompanha subscrita por Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Educação (Of. n.º 1.797/79, de 26/10/79).

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

RENATO BERNARDI, Relator.

Em discussão.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 207/79.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 199/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 170/79), alterando a Organização e Divisão Judiciária do Estado, com a finalidade de adaptá-las às disposições da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Parecer FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA.

(A Mensagem Governamental foi publicada no Diário da Assembléia n.º 163, do dia 07 de dezembro de 1.979)

**Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 199/79

PARECER

Instado pelo Tribunal de Justiça, o Senhor Governador encaminha a esta Casa a Organização e Divisão Judiciárias do Estado iniciando, assim, o processo legislativo necessário à adaptação daquele diploma aos termos da Lei Orgânica da Magistratura.

Esse é, hoje, o procedimento regular, correto, legal, configurando a reconquista pelo Legislativo estadual de uma competência que lhe fora retirada, qual seja, a de deliberar sobre alterações da divisão e organização judiciárias.

Objetivando as modificações propostas, tão somente, adaptar a Organização e Divisão Judiciárias à Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar n.º 35, de 14/3/79, alterada pela Lei Complementar n.º 37, de 13/11/79) cumpre reconhecer-lhes a constitucionalidade e a legalidade.

Entendemos necessária, contudo, emenda reparadora de lapso contido no Art. 207, que se refere ao parágrafo 1.º, do Art. 203, quando deveria mencionar o parágrafo 1.º, do Art. 204.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL ao projeto, com as alterações propostas e mais a contida na seguinte

EMENDA MODIFICATIVA

"No Art. 207, onde se lê ... parágrafo 1.º, do Art. 203, modifique-se para

"... parágrafo 1.º, do Art. 204" ...

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1.979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente e Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 176/79), que dá nova redação ao "caput" e incisos I e II do artigo 8.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1.972, alterados pela Lei n.º 6859, de 28 de dezembro de 1.976. Reformulação dos níveis das alíquotas do ICM). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 200/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O "caput" e os incisos I e II do art. 8.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1.972, com a redação dada

pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.859, de 23 de dezembro de 1.976, passam a vigor com a seguinte redação:

“art. 8.º — São as seguintes as alíquotas do ICM:

- I — para as operações internas e interestaduais:
  - a) 15% (quinze por cento) e, 1.980;
  - b) 15,5% (quinze inteiros e cinco décimos por cento) em 1.981;
  - c) 16% (dezesesseis por cento) em 1.982 e exercícios subsequentes.

II. para as operações de exportação, 13% (treze por cento)”.  
 Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 30 de novembro de 1.979.

(a) NEY BRAGA.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 200/79

#### PARECER

Tendo como base a Mensagem do Senhor Governador de n.º 176/79, o presente projeto de lei visa a modificar a redação do “caput” e incisos I e II do art. 8.º, da Lei n.º 6.634, de 29 de dezembro de 1.972, alterados pela Lei n.º 6.859, de 28 de dezembro de 1.976.

A medida tem origem na Resolução do Senado Federal que estabeleceu os novos níveis de alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e se insere num quadro mais amplo de medidas adotadas pela União, no sentido de reforçar a receita tributária dos Estados.

Buscou além disso a referida norma a uniformização das alíquotas nas operações internas, de 16% (dezesesseis por cento) no ano de 1.982, para todas as regiões brasileiras.

O estabelecimento de majoração de forma gradativa na Região Sudeste e Sul, teve por escopo não traumatizar a economia regional através de um impacto excessivo nos custos finais dos produtos, causado pela aumento de dois pontos percentuais na carga tributária do ICM.

Por estas razões, e porque também a proposta está revestida de todas formalidades de ordem legal e Constitucional o parecer é pela aprovação.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
AIRTON CORDEIRO, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N.º 200/79

#### PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade adequar o Art. 8.º, da Lei n.º 6.364, de 29/12/72, modificado pela Lei n.º 6.859 de 29/12/78 ao disposto na Resolução n.º 129/79, de 28/11/79, do Senado Federal, que altera os atuais níveis das alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM.

A competente exposição de motivos que acompanha a Mensagem esclarece detalhadamente as razões da reformulação ora pretendida através do presente plano de lei.

Nos termos da atual sistemática que regulam a matéria a adequação proposta vem atender os percentuais estabelecidos pela Resolução n.º 129/79, do Senado Federal, em obediência da Lei Federal n.º 5.172, de 25/10/66 — Código Tributário Nacional.

Nestas condições e tendo em vista que a matéria visa o competente ajustamento nas bases de cálculos estipulados em convênio do ICM, do qual o nosso Estado é signatário, nos manifestamos favoravelmente á proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;  
GABRIEL MANOEL, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Salvador Francisco Basile.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências no sentido de apurar responsabilidades e punir os policiais autores da violência praticada contra o pai de família Wilmar dos Santos Lima.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Senhores Ministros da Agricultura e do Planejamento, bem como ao Conselho Monetário Nacional e Banco Central, encarecendo máxima urgência na cobertura do PROAGRO aos triticultores paranaenses que tiveram suas safras frustradas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da COPEL e ELETROBRÁS, visando celeridade na implantação dos projetos de eletrificação rural, no Município de Toledo e comunidades vizinhas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de protesto pelas desagradáveis manifestações de que foi alvo, em Florianópolis, o Sr. Presidente da República.— **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. Não há “quorum” para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 207, 200 e 199/79.

A Presidência anuncia, que o horário do Expediente da sessão de amanhã, será dedicado à comemoração da Emancipação Política do Estado do Paraná.

Para tanto, solicita dos Srs. Líderes a indicação dos oradores para a referida data.

Levanta-se a sessão.